

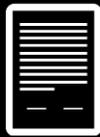
BOLETIM DE ENERGIA



Acompanhamento
do SIN



PLD
Preço de Liquidação
das Diferenças



Notícias do
Setor



Próximos
Eventos

Pág. 4

**Acompanhamento do SIN
Consumo – Ramo
Atividade**

Pág. 3

**Acompanhamento
SIN
Consumo**



Pág. 5

**Acompanhamento do
SIN
Geração**

Pág. 7 - 8

**Acompanhamento do SIN
E Carga**

**Pág. 10-15
PLD
&Preços**

Pág. 6

**Acompanhamento do SIN
Balanço Energético**

**Pág. 9
Armazenamento do SIN**

Pág. 16-21

Noticias do Setor

Pág. 32

Próximos Eventos

Pág. 22-31

**Matéria Especial
MUDANÇAS NO
ENQUADRAMENTO DE**





DADOS - INFOMERCADO SEMANAL | CCEE

Análise dos dados de 1 a 31/03/2019 comparados com o mesmo período de 2018



O consumo registrou queda de 2,6%.
Queda relacionada ao feriado de carnaval que em 2019 foi no dia 05/03 e em 2018 ocorreu no mês de fevereiro.

Consumo (MW médios)

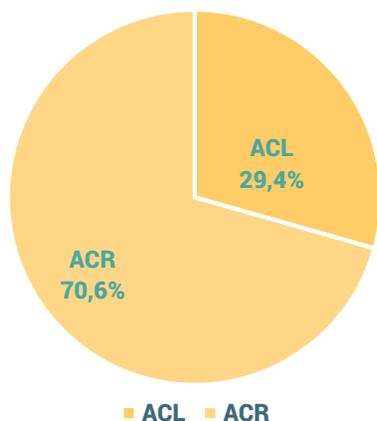
O Ambiente de Contratação Regulada – ACR apresentou queda no consumo de 3,2% em relação a março de 2018, considerando a mudança de clientes cativos para o Ambiente de Contratação Livre – ACL. Excluindo o impacto das migrações, o ACR registraria diminuição de 1,8%.

O ACL teve decréscimo de 1,2%, em relação ao mesmo período do ano passado. Eliminando o impacto da migração de novas cargas, o ACL apresentaria queda de 4,6%, na mesma comparação. Os segmentos que registraram maior crescimento de consumo foram: transporte (19,9%) e bebidas (18,8%) e saneamento (7,5%). Mais detalhes sobre o consumo de setores na próxima página.

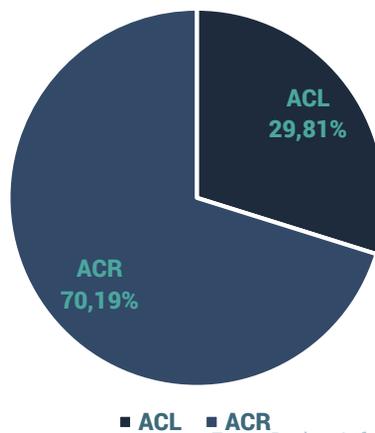
CONSUMO POR AMBIENTE



Representatividade ACL x ACR 2018



Representatividade ACL x ACR 2019





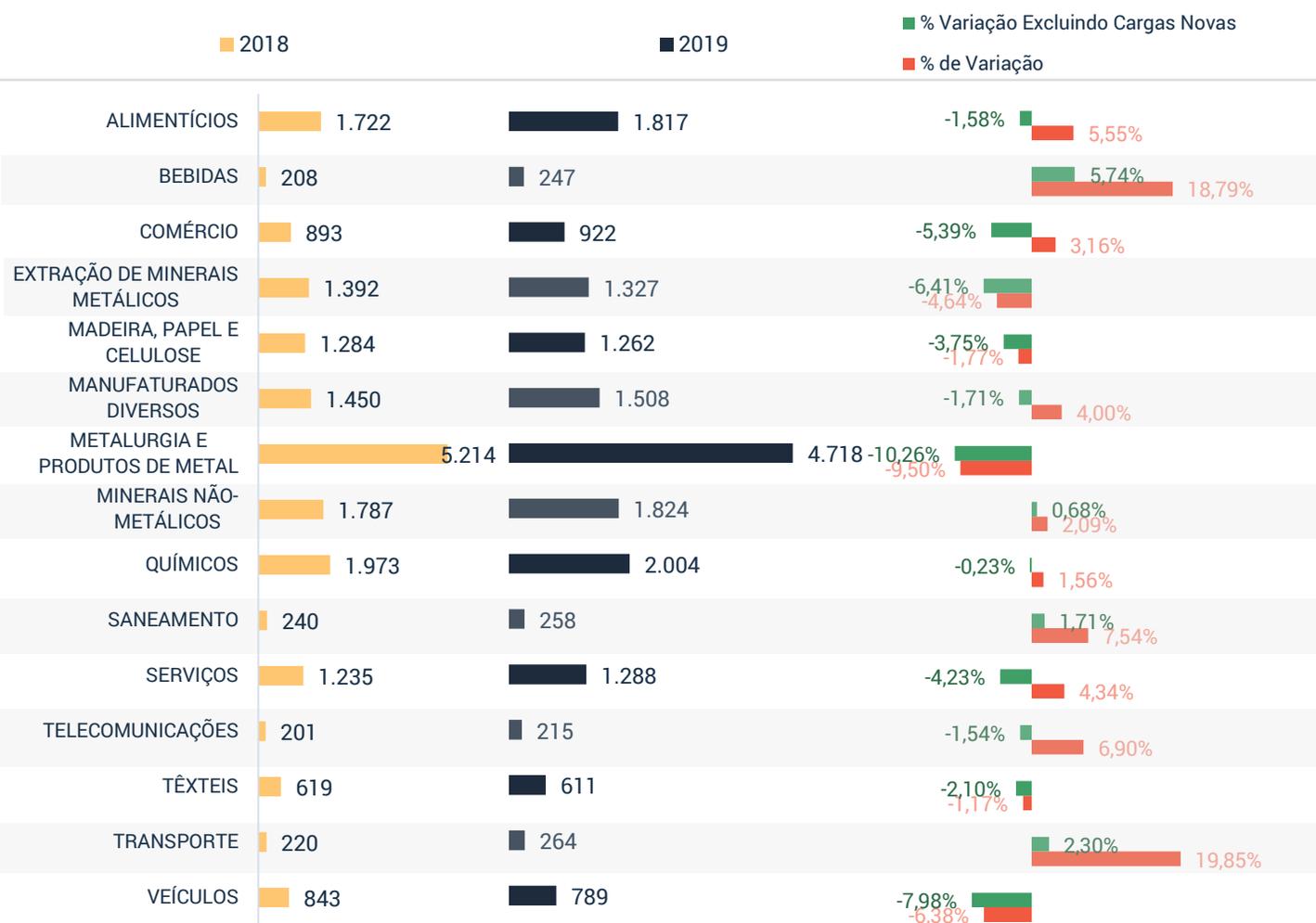
DADOS - INFOMERCADO SEMANAL | CCEE

Análise dos dados de 1 a 31/03/2019 comparados com o mesmo período de 2018

Os segmentos que registraram maior crescimento de consumo, considerando autoprodutores, comercializadores varejistas, consumidores livres e especiais, foram: transporte (19,9%) e bebidas (18,8%) e saneamento (7,5%). A expansão destes setores está vinculada à migração dos consumidores para o mercado livre. Ao excluirmos a migração para o ACL, verificamos para os mesmos ramos: bebidas (5,7%) e transporte (2,3%). O ramo com pior desempenho foi metalurgia e produtos de metal (-10,3%).

Comparativo de Consumo por Ramo de Atividade – Mercado Livre

Fonte: CCEE InfoMercado Semanal - 202 - 2ª Edição – Março 2019



Nota: O percentual de variação que exclui as cargas novas, retrata a variação de consumo no Mercado Livre, sem considerar o efeito de novas cargas que migram para o ACL

ACOMPANHAMENTO DO SIN

Geração



Dados preliminares de Março de 2019 comparados com o mesmo período de 2018

Fonte: CCEE InfoMercado Semanal - 202 - 2ª Edição – Março 2019

A geração registrou uma **redução** de 2,3%.

Queda relacionada ao feriado de carnaval que em 2019 foi no dia 05/03 e em 2018 ocorreu no mês de fevereiro.

As eólicas tiveram uma elevação de 16,4%, sendo que as hidráulicas e térmicas apresentaram queda de 3,3% e 5,0%, respectivamente. A queda das térmicas foi devido, principalmente, às usinas termelétricas a óleo (-46,7%) e termelétricas bi-combustível (-31,5%).



80,6%

Hídrica



10,9%

Térmica



2,4%

Nuclear



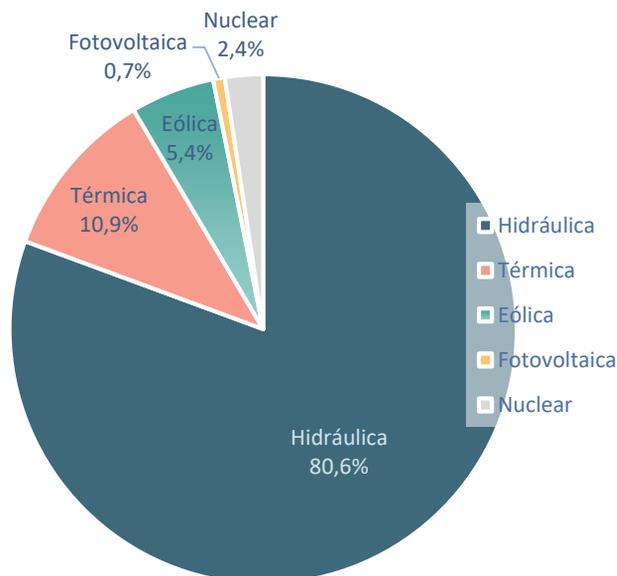
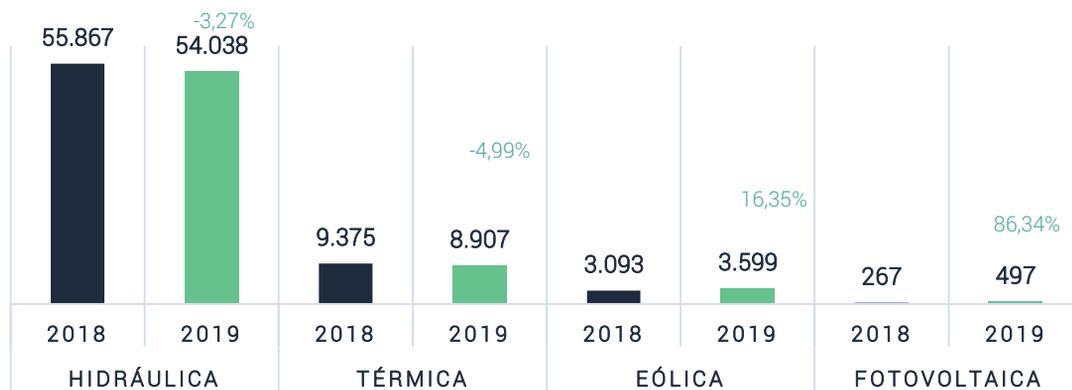
5,4%

Eólica



0,7%

Solar



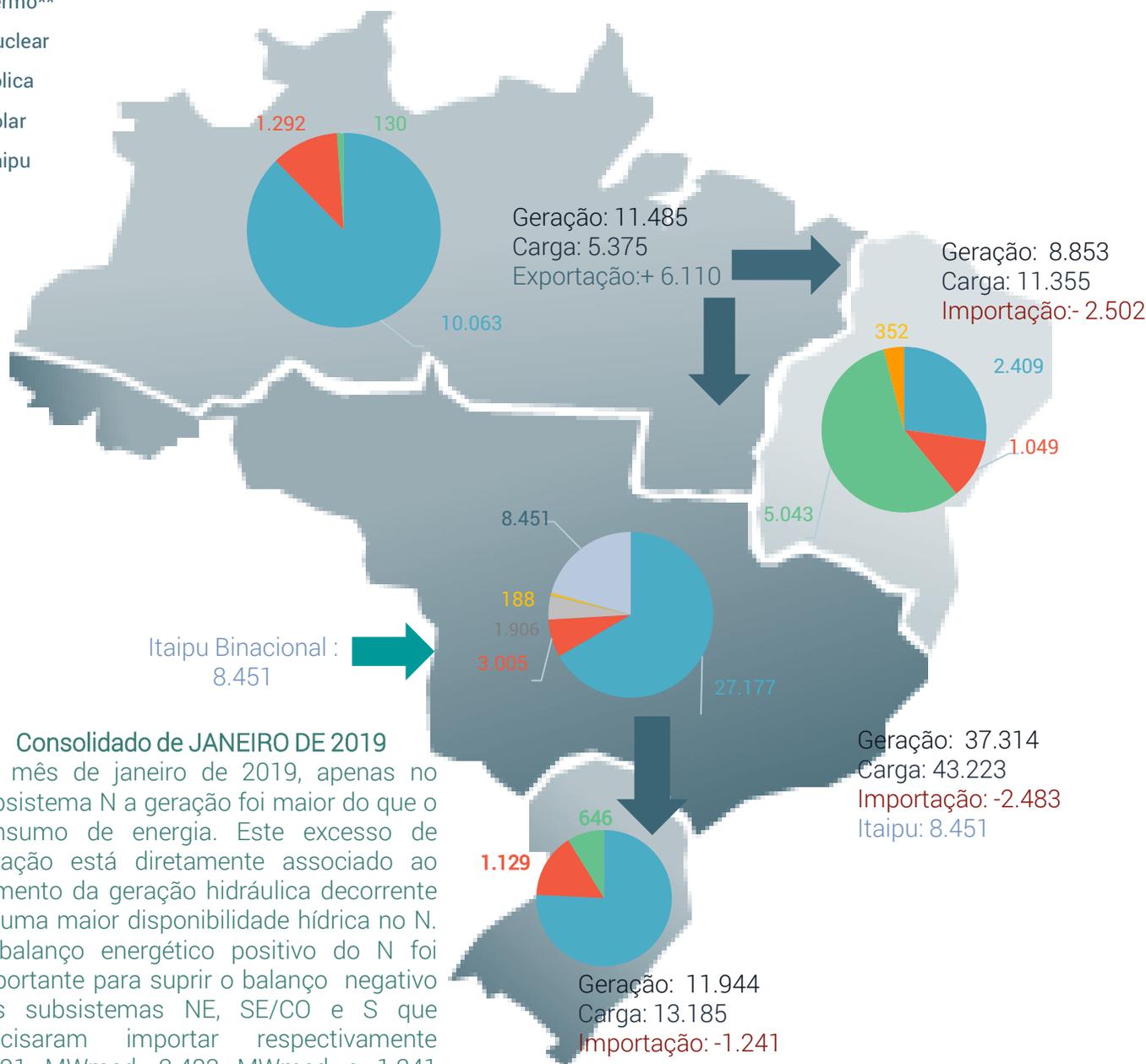
ACOMPANHAMENTO DO SIN

Balço energético



Sistema Interligado Nacional – SIN em MW médios Balço Energético Consolidado de janeiro de 2019.

- Hidro
- Termo**
- Nuclear
- Eólica
- Solar
- Itaipu



Consolidado de JANEIRO DE 2019

No mês de janeiro de 2019, apenas no subsistema N a geração foi maior do que o consumo de energia. Este excesso de geração está diretamente associado ao aumento da geração hidráulica decorrente de uma maior disponibilidade hídrica no N. O balanço energético positivo do N foi importante para suprir o balanço negativo dos subsistemas NE, SE/CO e S que precisaram importar respectivamente 2.501 MWmed, 2.483 MWmed e 1.241 MWmed. Além disso, para complementar o consumo de energia nacional, foram importados 15,59 MWmed da Argentina e 79,59 MWmed do Uruguai. Esse aumento da importação representa um crescimento de 149,53% quando comparado a dezembro de 2018.



Acompanhamento da Carga - 1ª Revisão Quadrimestral da Carga

Previsão de carga é reduzida para 0,2% em 2019

O Operador Nacional do Sistema Elétrico, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e a Empresa de Pesquisa Energética divulgaram nesta quarta-feira, dia 27 de março, os dados da 1ª Revisão Quadrimestral da Carga para o Planejamento Anual da Operação Energética 2019-2023.

Para o ano de 2019, a previsão é de um crescimento da carga de 3,4% no Sistema Interligado Nacional, o que representa uma queda de 0,2 pontos percentuais quando comparada com a projeção inicial de 3,6%. Em montantes de energia, a carga que estava inicialmente prevista para ser de 68.897 MWmédios ficou em 68.827 MWmédios (-70 MWmédios).

Projeção	Taxa de Crescimento do PIB (% ao ano)				
	2019	2020	2021	2022	2023
Planej. Anual 2019-2023	2,3	2,7	2,8	2,8	2,9
1ª Revisão Quad. 2019	2,2	2,7	2,8	2,8	2,9

Comparação das previsões

SIN. Projeção da carga de energia (MWmédio)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Planej. Anual 2019 - 2022 [A]	66.510	68.897	71.441	73.998	76.112	79.944
Variação (% a.a.)	1,4%	3,6%	3,7%	3,6%	3,9%	3,9%
1ª Revisão Quad. 2019 [B]	66.559	68.827	71.410	73.988	76.732	79.822
Variação (% a.a.)	1,5%	3,4%	3,8%	3,6%	3,7%	4,0%
[B] - [A]	18	-70	-31	-10	620	-122

Alterações em relação ao Planej. Anual 2019-2023

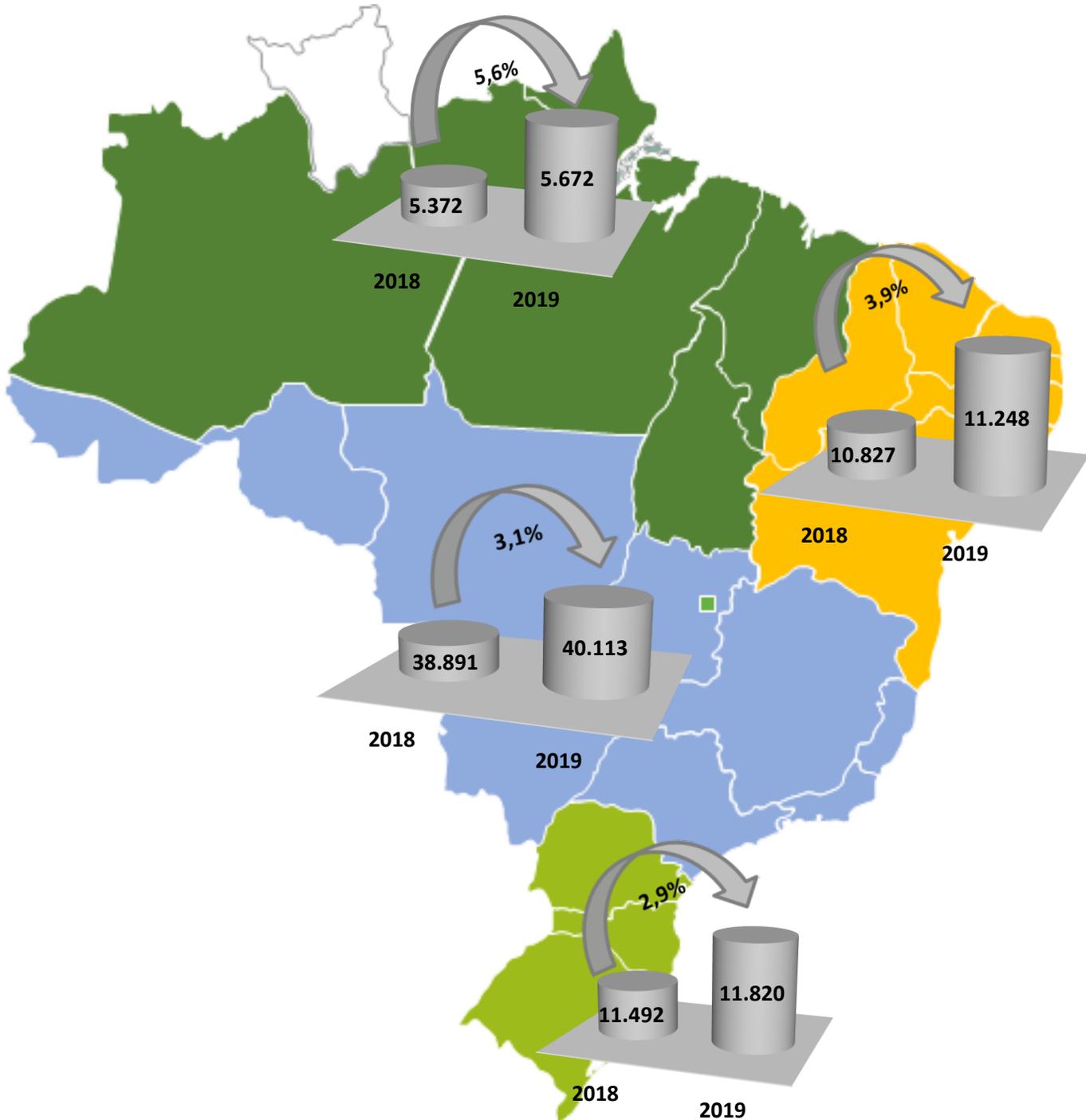
- PIB de 2018 foi abaixo do esperado, resultando em uma herança estatística menor para o PIB de 2019;
- Por conta de efeito estatístico, o PIB de 2019 foi revisado para 2,2%;
- Cenário macroeconômico pós-2019 foi mantido em virtude do alto nível de incerteza;
- Em termos setoriais, houve redução das projeções da indústria, por conta do desempenho econômico e do desastre de Brumadinho;
- Revisão para baixo da trajetória de metalurgia dos não ferrosos ao longo do horizonte.

Principais premissas

- Situação fiscal pode ser um limitante para o crescimento especialmente no curto prazo;
- Cenário de maior confiança propiciará uma retomada mais significativa dos investimentos nos próximos anos, com destaque para o setor de infraestrutura;
- Atividade mais aquecida com melhor desempenho no mercado de trabalho e de crédito impactam positivamente para o consumo das famílias;
- Crescimento mais robusto será limitado pela baixa poupança interna e produtividade.



Acompanhamento da Carga MW médios



* Carga 2019: Jan-Fev, verificado; Mar, estimado; Abr-Mai, PMO de Abril/2019; Jun-Dez, PLAN 2019-2023.

ARMAZENAMENTO

Reservatórios

Armazenamento %

52,46%

Nordeste

66,46%

Norte

39,88%

Sudeste-Centro Oeste

46,52%

Sul

Ref. 31 de Março de 2019

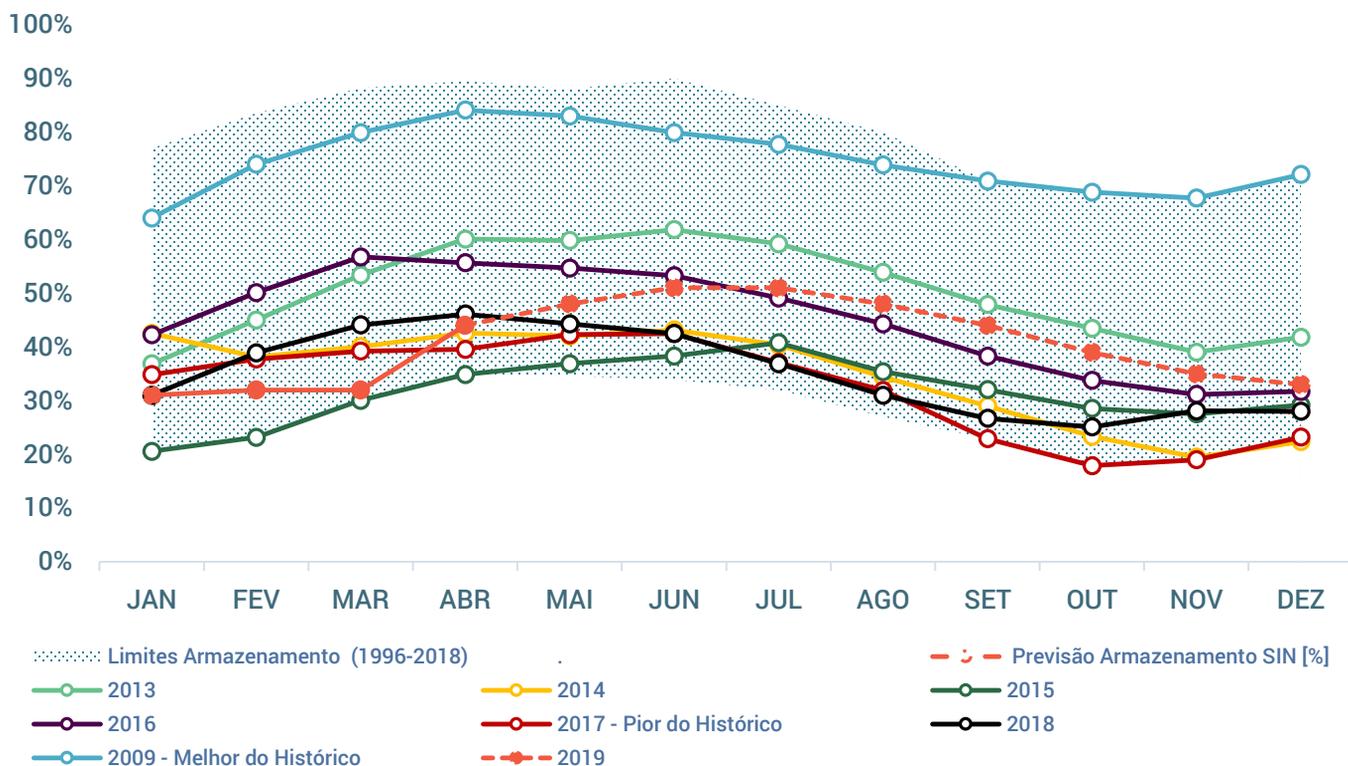
Bandeira de Abril 2019



A bandeira tarifária para o mês de abril será a verde, sem custo adicional.

A repetição da bandeira do mês março deve-se à manutenção das condições hidrológicas apesar da tendência de redução no nível de armazenamento dos principais reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN), com a entrada do período seco no próximo mês. A Regra de Acionamento das Bandeiras está em audiência pública e deverá mudar a partir de maio/2019.

Armazenamento SIN[%]





**PLD
&
INDICATIVOS DE LONGO PRAZO**



Segunda Semana Operativa de Abril de 2019 – PLD válido de: 06/04/2019 a 12/04/2019

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE informa que o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD para o período entre 06 a 12 de abril.

A previsão de aflúências melhores foi o principal fator para que o preço tenha apresentado uma redução em relação a semana anterior.



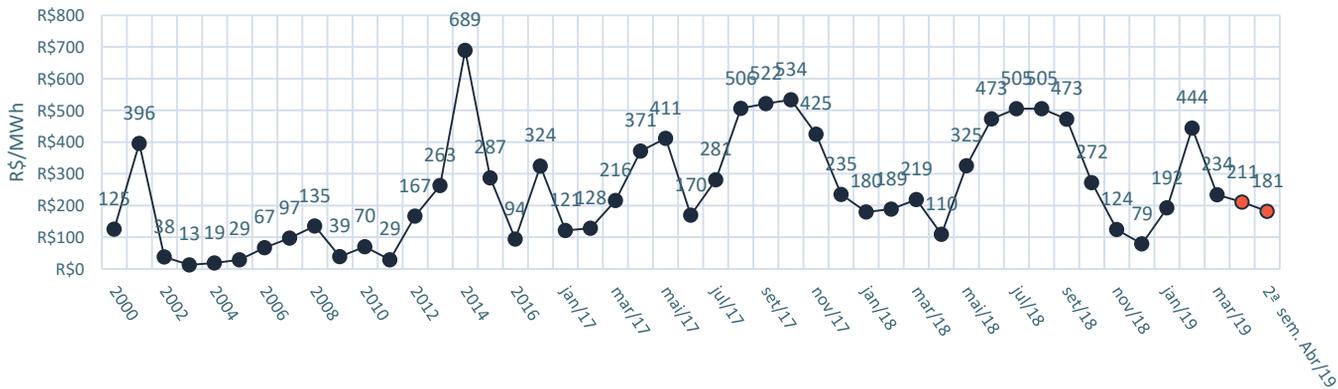
SE/CO	S	NE	N
Sudeste	Sul	Nordeste	Norte

181,41	181,41	42,35	42,35
--------	--------	-------	-------

PLD - Última Publicação

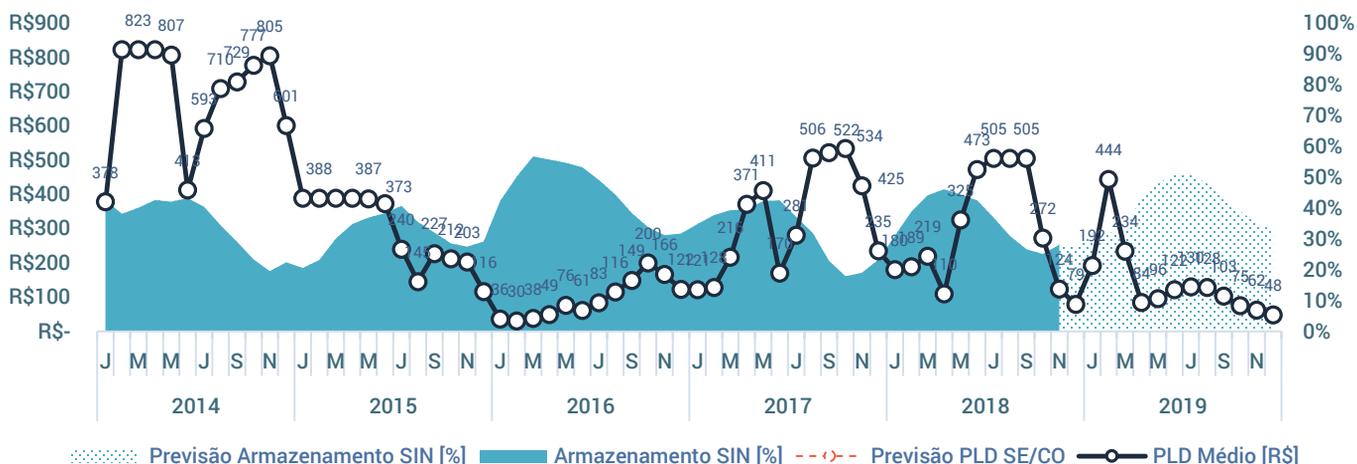
	SE/CO	S	NE	N
Pesada	185,70	185,70	42,35	42,35
Media	185,33	185,33	42,35	42,35
Leve	176,86	176,86	42,35	42,35
PLD Médio	181,41	181,41	42,35	42,35

HISTÓRICO E COMPORTAMENTO DO PREÇO DE LIQUIDAÇÃO DAS DIFERENÇAS – PLD SE/CO



ARMAZENAMENTO SIN[%] X PLD MÉDIO SE/CO

Fonte:CCEE



Previsão Armazenamento SIN [%] Armazenamento SIN [%] Previsão PLD SE/CO PLD Médio [R\$]

Indicativos de Longo Prazo

Preços de Mercado

Ref. Abril de 2019

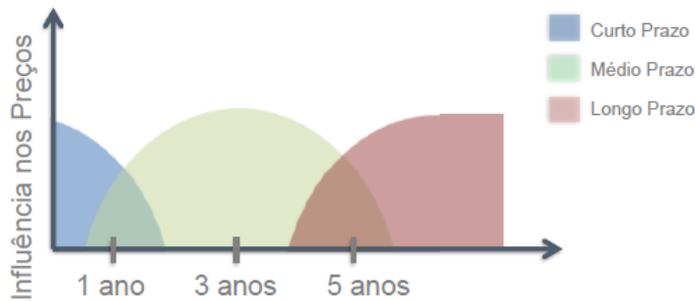


Média de Indicativos e Propostas Recebidas pela ELECTRIC nas primeiras Semanas de Abril de 2019, por Fonte:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
CONV	R\$276	R\$231	R\$199	R\$181	R\$172	R\$163	R\$153
I50	R\$336	R\$273	R\$242	R\$222	R\$211	R\$200	R\$186
I100	R\$405	R\$370	R\$328	R\$307	R\$297	R\$298	R\$282



Fique de Olho nas principais variáveis na Formação do Preço de acordo com sua necessidade/ou opção de Contratação. No próximo slide, falamos um pouco sobre os principais eventos que impactaram nos preços:



Contratos de Curto Prazo

Contratos de 02 anos

Principais Variáveis de Influência:

- Nível de Armazenamento e Meteorologia
- PLD

Contratos de Médio Prazo

Contratos de 02 anos a 05 anos

Principais Variáveis de Influência:

- Balanço e Oferta de Energia para o horizonte futuro
- Demanda e Tarifas Projetadas pelo ACR

Contratos de Longo Prazo

Acima de 05 anos

Principais Variáveis de Influência:

- Expansão do Sistema
- Novas Tecnologias

Indicativos de Longo Prazo

Preços de Mercado

Ref. Abril de 2019

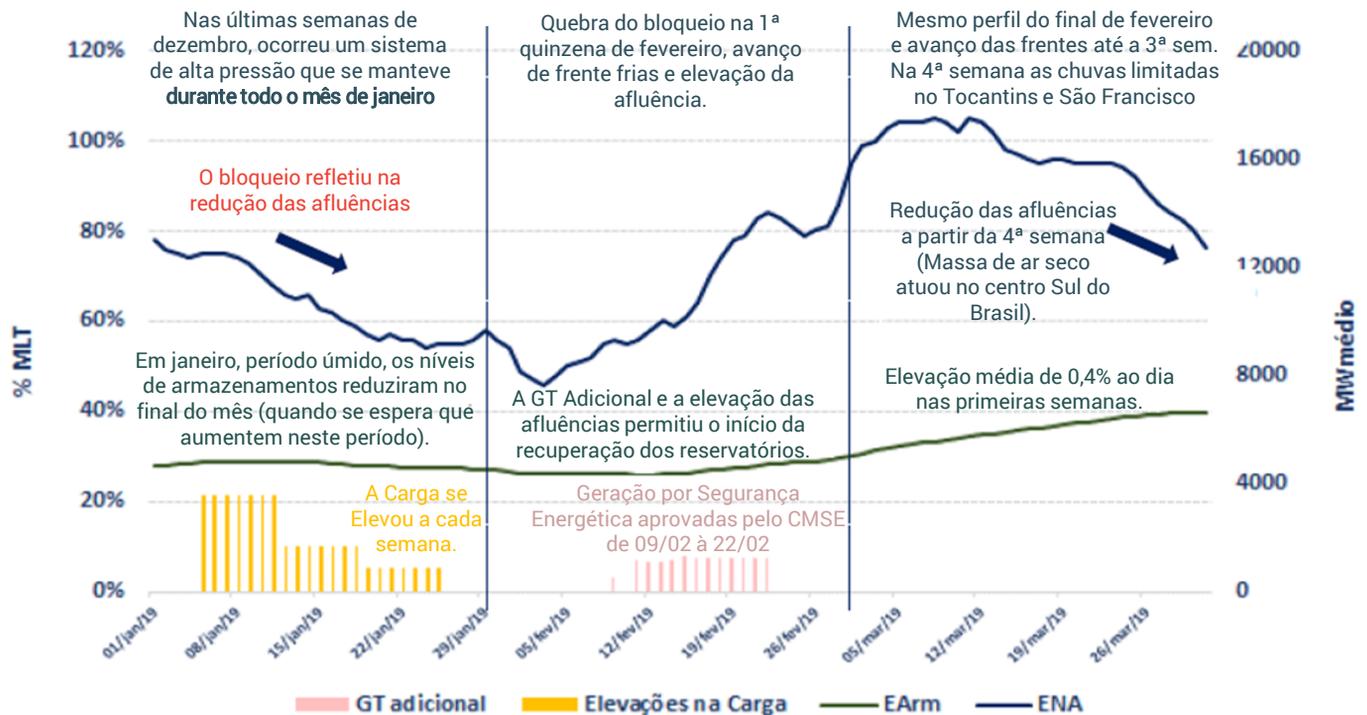


Fique de Olho nas principais variáveis na Formação do Preço de acordo com sua necessidade/ou opção de Contratação. Abaixo apresentamos o principais eventos que impactaram nos preços:

O PLD de Fev/19 apresentou comportamento atípico para o período úmido, em consequência do nível dos reservatórios não terem conseguido replecionar de acordo com que se espera – janeiro de 2019 foi o 5º pior janeiro do histórico de 89 anos. Este cenário hidrológico desfavorável, acabou por influenciar nos preços de Longo Prazo, especialmente os anos de 2019 e 2020. Como sempre reforçamos os preços são altamente dependentes do cenário hidrológico, dado que cerca de 70% da Geração do país é proveniente de Hidrelétricas, de modo que o primeiro e segundo ano do horizonte de contratação são fortemente impactados pelo nível de armazenamento, as aflúências previstas e verificadas.

Veja como os principais eventos que impactaram no preço no primeiro trimestre do ano, por submercado:

SUDESTE/CENTRO OESTE



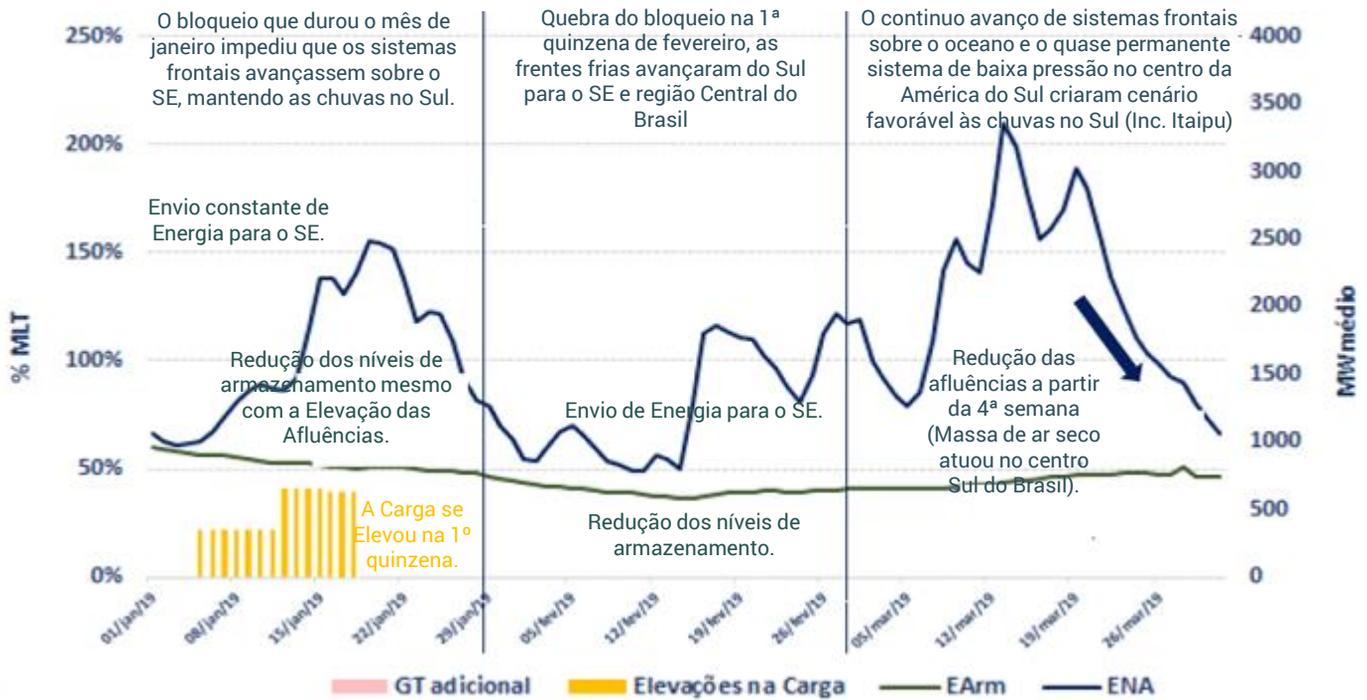
Indicativos de Longo Prazo

Preços de Mercado

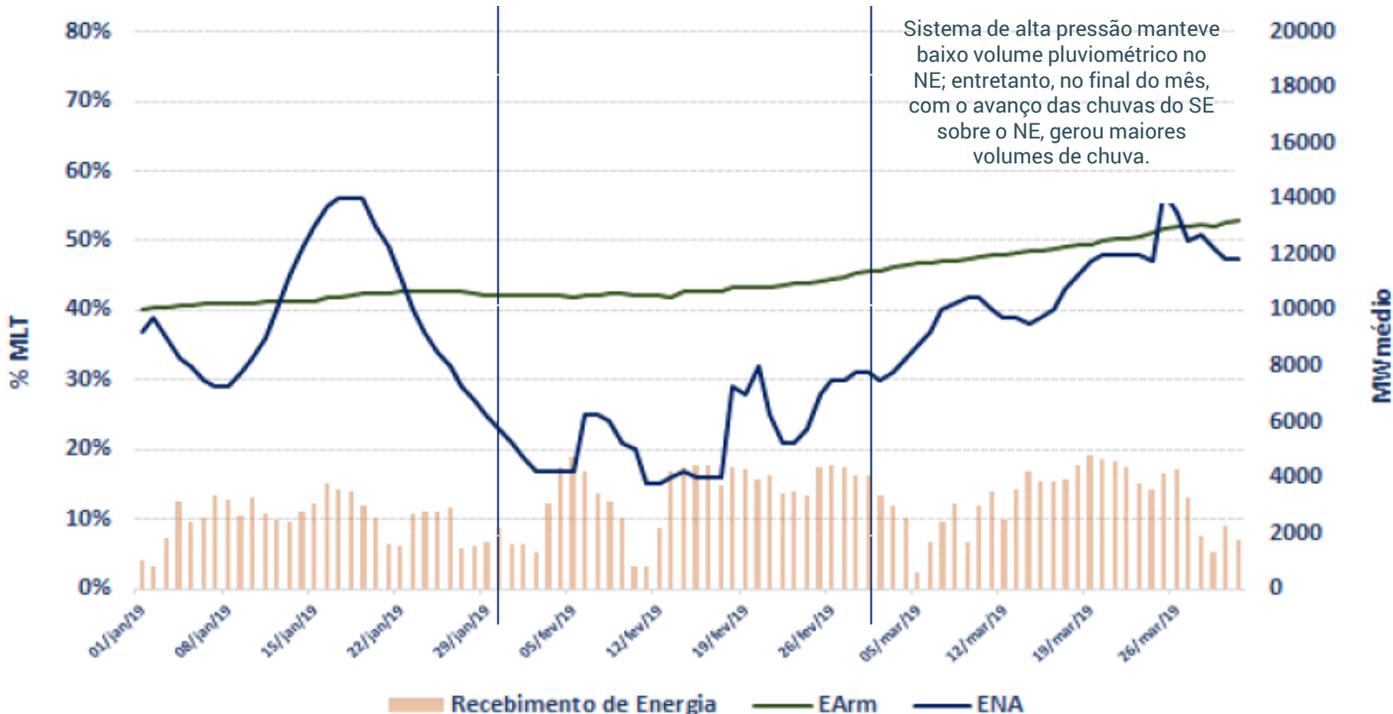
Ref. Abril de 2019



SUL



NORDESTE



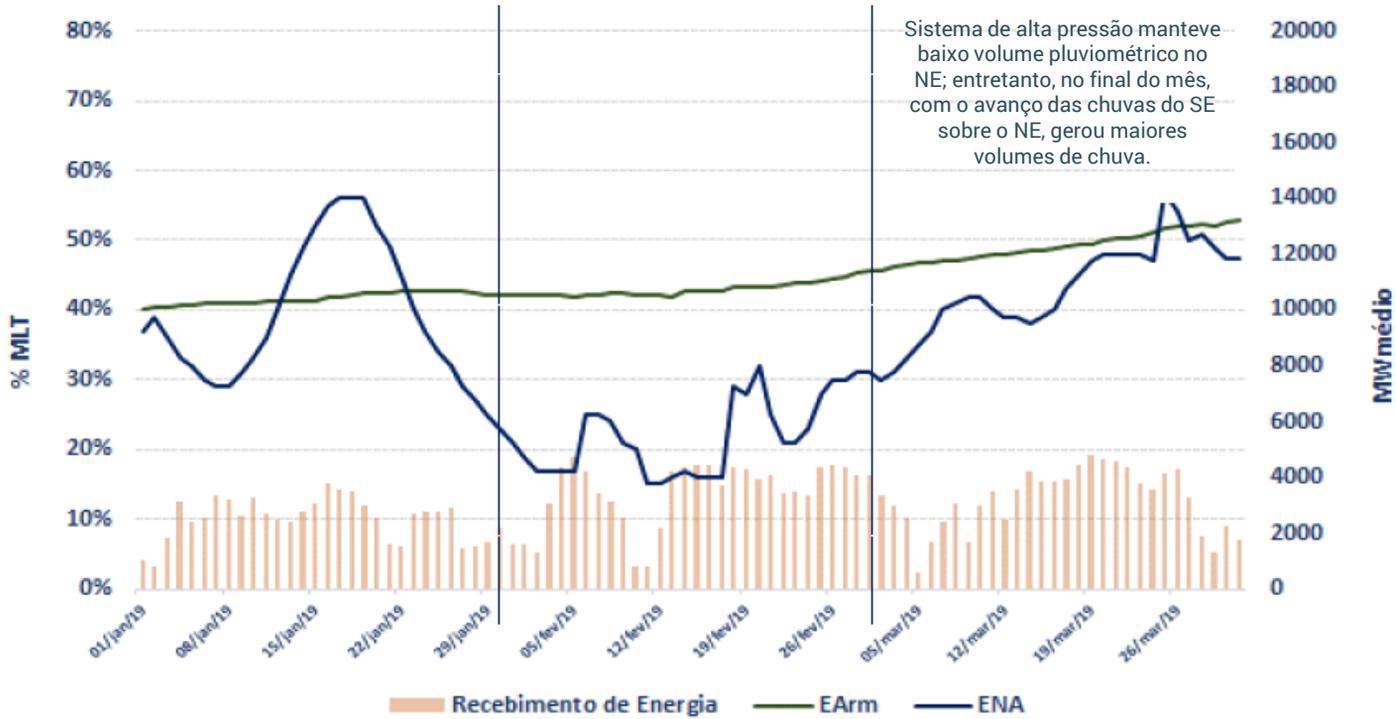
Indicativos de Longo Prazo

Preços de Mercado

Ref. Abril de 2019



NORTE



Notícias do Setor

ECONOMIA

ICMS É O PRÓXIMO ALVO DA ANEEL PARA REDUÇÃO DE TARIFAS

APROVADA REGULAMENTAÇÃO QUE CRIA A NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

CMA APROVA FINANCIAMENTO DO FGTS PARA EMPRESAS QUE USAM ENERGIA SOLAR

EPE CADASTRA 1.581 EMPREENDIMENTOS PARA O LEILÃO A-4 DE 2019

ESTUDO DA CCEE INDICA EXCESSO DE OFERTA DE ENERGIA INCENTIVADA EM 2019

FIM DA DÍVIDA DE DISTRIBUIDORAS FAZ TARIFA CAIR NO 2º SEMESTRE

MME APONTA DESCASAMENTO ENTRE PLANEJAMENTO E DEMANDA DE ENERGIA

REGULAÇÃO E EXPENSÃO

MINISTRO DIZ QUE ALTERNATIVA PARA SOLUÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO NÃO ESTÁ DESCARTADA

GOVERNO INCLUI ANGRA 3 NO GRUPO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS DE INFRAESTRUTURA

CÂMARA PODE VOTAR NA PRÓXIMA SEMANA URGÊNCIA DE DECRETO QUE RESTABELECE SUBSÍDIOS TARIIFÁRIOS

MME PRORROGA APRESENTAÇÃO DE PLANO DE ESTUDOS SOBRE REVISÃO DO ANEXO C DE ITA

REAJUSTES TARIFÁRIOS 2019

MATÉRIA ESPECIAL - MAIS SEGURANÇA E GOVERNANÇA NO AC

PRÓXIMOS EVENTOS



Notícias do Setor

10 de Abril de 2019

ICMS É O PRÓXIMO ALVO DA ANEEL PARA REDUÇÃO DE TARIFAS

Agência quer discutir alto impacto do tributo no preço final da energia

A tributação da energia elétrica, em especial o ICMS, deve ser o próximo item que a ANEEL vai direcionar esforços para obter algum tipo de redução que impacte na tarifa. A agência atuou para a quitação da conta-ACR, que vai permitir uma redução na tarifa. De acordo com o diretor geral da agência, André Pepitone, a intenção não é entrar nas políticas tributárias estaduais, mas sim reduzir a tarifa de energia do país. “Isso passa pelos ICMS dos estados, não podemos nos furtar de fazer a discussão”, explica Pepitone, que participou do painel de abertura do Agenda 2019, promovido pelo Grupo CanalEnergia /Informa Exhibitions, no dia 1º de abril, no Rio de Janeiro (RJ). O diretor da agência Efraim Cruz já havia adiantado que o tributo era um dos caminhos para reduzir a tarifa. Ele deu como exemplo o estado do Rio de Janeiro, em que um estudo feito atestou que de cada megawatt comercializado, o estado ele recolhe R\$ 167,82, sendo o mais alto do país, sendo seguido pelo Piauí, com R\$ 167,74 e Goiás, com R\$ 154,15. No percentual, o Maranhão, seguido pelo Pará e pelo Rio de Janeiro. Ele não acredita em uma negativa imediata dos estados por conta das perdas em arrecadação, já que os próprios estados costumam discutir com a Aneel os reajustes. “Essa é uma agenda conjunta, que exige ação do regulador”, avisa.

O fórum adequado para essa discussão tributária vai ser o Conselho Nacional de Política Fazendária. Segundo ele, bancadas regionais estão procurando a Aneel para debater o assunto. De cada R\$100, cerca de R\$ 40 estão indo para os governos estaduais. “Se queremos desonerar, precisamos enfrentar essa agenda, os estados são atores importantes nesse sentido”, aponta. Ele quer fazer como nos subsídios, em que os números foram apresentados e a discussão foi feita.

Ainda segundo Pepitone, existem ainda outros pontos nos custos de geração que podem levar a redução no preço das tarifas, como os 3.500 MW de térmicas com preço de mais de R\$ 800/ MWh cujos contratos vão vencer em 2023. Com a agenda do pré-sal elas podem se transformar em usinas a gás, mais baratas e eficientes.

Fonte: Canal de Energia (10/04/2019)



O CONFAZ publicou decreto que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (NF-3e) e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (DANF3E). A NF-3e é resultado de um projeto dos fiscos estaduais do qual a ANEEL participa e contribui desde o segundo semestre de 2017. Com a instituição da nota fiscal de energia elétrica eletrônica, todas as informações necessárias ao trabalho dos fiscos estaduais de arrecadação e fiscalização serão recebidas por meio de um arquivo eletrônico, no formato XML. (Aneel – 10.04.2019)

CMA aprova financiamento do FGTS para empresas que usam energia solar

Empresas que utilizam energia solar fotovoltaica em sua matriz energética poderão ser financiadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 524/2018, aprovado nesta quarta-feira, 10 de abril, pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) de usina fotovoltaica. (Agência Senado – 10.04.2019)



Notícias do Setor

05 de Abril de 2019

EPE CADASTRA 1.581 EMPREENDIMENTOS PARA O LEILÃO A-4 DE 2019

Foi concluído em 05/04/2019, o cadastramento dos projetos para participação no Leilão de Energia Nova "A-4" de 2019. Anunciado pelo MME por meio da Portaria nº 160, de 08/março/2019, o Leilão está previsto para ser realizado em 28 de junho, com participação das fontes renováveis eólica, solar fotovoltaica, termelétrica a biomassa e hidrelétrica. Fonte: EPE – (05.04.2019)

ESTUDO DA CCEE INDICA EXCESSO DE OFERTA DE ENERGIA INCENTIVADA EM 2019

A CCEE divulga a sexta edição do estudo sobre a disponibilidade de lastro de energia incentivada (renovável) no ACL, a qual aponta sobra real de 215 MW médios para 2019, sinalizando excedente de oferta para o atendimento da demanda dos chamados consumidores especiais – unidades consumidoras de energia elétrica no ACL que possuem cargas igual ou maior a 500 kW. Dentre os fatores que impulsionam a disponibilidade de energia incentivada no ACL estão liberações de lastros advindos das operações do MVE e também da substituição de montantes de energia especial por convencional pelos consumidores especiais que se tornaram livres, como resultados dos efeitos da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016 e da Portaria 514, de 27 de dezembro de 2018. Para ler o estudo na íntegra, clique aqui. (CCEE – 05.04.2019)

FIM DA DÍVIDA DE DISTRIBUIDORAS FAZ TARIFA CAIR NO 2º SEMESTRE

De acordo com estudo realizado pela empresa especializada em tarifas de energia TR Soluções, os consumidores industriais e comerciais das distribuidoras de energia com processo tarifário na segunda metade do ano deverão ter, em média, uma redução de 2,19%. Já os consumidores residenciais dessas empresas terão, em média, uma tarifa 0,52% menor. O principal motivo para a previsão de queda das tarifas é a quitação antecipada dos empréstimos bilionários firmado pela CCEE com bancos para socorrer as distribuidoras durante a crise energética de 2014. Fonte: Valor Econômico – 903.04.2019)

MME aponta descasamento entre planejamento e demanda de energia

O governo está preocupado com o descasamento entre a demanda planejada e demanda contratada em leilões. De acordo com cálculos do MME, há uma diferença entre o que estava planejado para a expansão do setor ante a demanda declarada pelas distribuidoras. A estimativa era a de que seria necessário a contratação de mais de 9 GW de capacidade, mas as distribuidoras indicaram a necessidade de apenas 6 GW. Essa diferença pode estar dividida entre os volumes de migração para o mercado livre, o investimento em autoprodução e na expansão da geração distribuída.

Fonte: Canal Energia – (02.04.2019)



Notícias do
Setor

10 de Abril de
2019

Ministro diz que alternativa para solução do risco hidrológico não está descartada

Uso de medidas que não dependem do Legislativo também será estudado na proposta da modernização do setor elétrico

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou realizada em 11/04/19, que não descarta nenhuma alternativa para a solução dos débitos dos geradores com o risco hidrológico. Albuquerque deixou claro, no entanto, que ainda pretende fazer um esforço final para garantir a aprovação do Projeto de Lei 10.985, que ele considera a melhor maneira de resolver o assunto. O PL foi aprovado no Senado, mas enfrenta dificuldades para ser pautado na Câmara dos Deputados.

“Não está descartada nenhuma ação. Eu acho que o Congresso tem sua dinâmica, tem suas prioridades, que nem sempre vão ao encontro da prioridade do ministério, e a gente tem que entender isso. E é esse diálogo é que a gente está procurando aprofundar”.

Albuquerque informou que vai ao Congresso na semana que vem para tratar da aprovação do GSF e garantiu que mesmo que alguma outra medida venha a ser adotada pelo governo para resolver o impasse, ela será discutida com o Legislativo. Ele não foi específico em relação à eventual publicação de uma medida provisória, mas disse que, no caso particular da solução para o risco hidrológico, nenhuma opção será desconsiderada.

Medidas infralegais

A possibilidade do uso de medidas que não dependam de aprovação do Legislativo tem sido considerada pelo MME, diante das dificul-

dades que o governo enfrenta de articulação no Congresso Nacional. É o que deve acontecer, por exemplo, com a proposta de modernização do setor elétrico, que será reavaliada por um grupo de trabalho nos próximos seis meses e pode ter diretrizes definidas por decreto e/ou portarias.

“É isso o que nós vamos fazer, mas vamos fazer de forma bastante transparente. A gente não pode ficar aqui esperando, às vezes, a aprovação de um projeto de lei. A gente espera que o projeto seja aprovado, mas isso não nos impede de adotar ações que possam ser adotadas dentro das atribuições e competência do Ministério de Minas e Energia e de outros setores do governo”, confirmou o ministro.

Ele deixou claro que o que tiver de passar pelo Legislativo será feito dentro do formato necessário para o envio à Câmara e ao Senado. Quanto às decisões de caráter infralegal, observou, é preciso ser criterioso na definição das medidas. “Temos que ter bastante responsabilidade em propor decretos, emitir portarias, e por aí vai.” Da mesma forma, a proposta deve ter com base tudo o que foi construído a partir da Consulta Pública 33 e o que foi agregado nos dois projetos de lei (PLS 232 e PL 1917) que tramitaram no Senado e na Câmara.

Fonte: Canal Energia (11/04/2019)



Notícias do Setor

10 de Abril de 2019

Governo inclui Angra 3 no grupo de projetos prioritários de infraestrutura

O Ministério de Minas e Energia incluiu a usina nuclear de Angra 3 (RJ – 1.405 MW) no grupo de empreendimentos de infraestrutura classificados como prioritários pelo governo federal, permitindo a concessão de benefícios fiscais a quem adquirir debêntures emitidas pelos controladores diretos ou indiretos do projeto como forma de viabilizar a sua construção. A medida consta de portaria da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da pasta publicada na edição de 11/04/2019 no Diário Oficial da União.

A concessão desses benefícios fiscais aos adquirentes de debêntures ligadas à projetos prioritários é permitida pelo artigo 2 da Lei 12.431/2018. No caso de Angra 3, emissão pode ser feita pela Eletronuclear, responsável pela construção e operação da usina, por Sociedade de Propósito Específico ou ainda pela Eletrobras, controladora da concessionária. O modelo de negócio para a retomada das obras de Angra 3 está atualmente em discussão no Programa de Parcerias de Investimentos, e envolve a entrada da iniciativa privada.

As obras de construção da terceira planta nuclear brasileira começaram na primeira metade da década de 1980 e logo foram interrompidas, para só serem retomadas em 2009. Em 2015, com fraudes apuradas pela Operação Lava-Jato nas licitações para contratação do consórcio construtor, as obras foram novamente paralisadas. O projeto já consumiu R\$ 7 bilhões e está 68% realizado, sendo necessários mais R\$ 15 bilhões, aproximadamente, para ser concluído. O início da operação da usina está previsto para janeiro de 2026.

Fonte: Canal Energia (11/04/2019)

Câmara pode votar na próxima semana urgência de decreto que restabelece subsídios tarifários

Um requerimento de urgência para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº7 foi apresentado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para ser apreciado em plenário na próxima semana.

A anulação do decreto presidencial é uma vitória da bancada ruralista, O PDL suspende os efeitos do Decreto 9.642/2018, que determinou a redução gradativa dos subsídios na conta de energia de consumidores rurais e empresas de saneamento. Fonte: Canal Energia (12/04/19)

MME prorroga apresentação de plano de estudos sobre revisão do Anexo C de Itaipu

Ministério de Minas e Energia prorrogou por mais 30 dias o prazo de apresentação do plano de trabalho de feitura dos estudos que irão embasar o processo de revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu. Portaria permite que o grupo de trabalho voltado à elaboração do plano de ação com as etapas para conclusão desses estudos técnicos apresente o cronograma até meados de maio. O GT foi constituído em fevereiro deste ano e tinha, inicialmente, 60 dias para fechar o plano para desenvolvimento dos trabalhos acerca do tema.

A renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu envolve toda a parte financeira do acordo firmado na década de 1970 pelos governos de Brasil e de Paraguai para a construção da usina hidrelétrica binacional. O pagamento da dívida contraída para erguer o empreendimento de 14 GW de potência instalada vence ao final de 2023, e envolve um montante aproximado de US\$ 27 bilhões. A geradora responde por cerca de 17% do suprimento elétrico de todo o mercado brasileiro e por aproximadamente 85% do consumo total paraguaio.

Fonte: MME



Notícias do
Setor

08 de abril de
2019

Últimos reajustes e revisões tarifárias aprovadas pela Agência Nacional De Energia Elétrica - ANEEL em 2019

Impacto - Classe de Consumo Consumidores cativos						
Distribuidora	UF	Reajuste	Mercado	Consumidores Residências	Baixa Tensão em média tensão	Alta Tensão
Energisa Borborema EBO	PB	04/02/2019	220 mil unidades consumidoras	4,14%	4,60%	3,81%
ENEL RJ	RJ	15/03/2019	2,6 milhões de unidades consumidoras	9,47 %	9,65 %	9,72 %
CPFL Santa Cruz	SP	22/03/2019	453 mil unidades consumidoras	11,45%	10,20%	11,52%
CPFL Paulista	SP	08/04/2019	4,4 milhões de unidades consumidoras	7,87%	8,34%	9,30%
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	MS	08/04/2019	1,02 milhão de unidades consumidoras	11,47%	12,48%	12,16%
Energisa Mato Grosso (EMT)	MT	08/04/2019	1,4 milhão de unidades consumidoras	10,12%	11,49%	11,49%

An aerial, high-angle photograph of a city at night. The scene is dominated by tall buildings with glowing windows and architectural details. The streets below are filled with cars, their lights creating a sense of movement. The overall atmosphere is one of a vibrant, modern urban environment.

MATÉRIA ESPECIAL

MAIS SEGURANÇA E GOVERNANÇA NO ACL

SEGURANÇA E GOVERNANÇA NO ACL



Após o *Default* de Comercializadora, ANEEL vem estudando medidas para aumentar a segurança e governança do Mercado Bilateral.

Veja a seguir quais mudanças já foram sinalizadas e relembre o “Caso VEGA Energy”.



Vendeu e não entregou: crise das comercializadoras expõe insegurança do mercado livre de energia

Não podemos dizer que o ano de 2019 começou bem para o Setor Elétrico. O mês de janeiro, fechou de uma forma muito negativa:

Primeiro, as afliências foram muito aquém do que se esperava e se traduziram numa rápida elevação dos preços de 2019 e 2020 – foi umas das viradas mais bruscas de cenário que o Mercado Livre vivenciou. Fechamos janeiro com a 5ª pior afliência de um histórico de 89 anos para o mês.

Segundo, que as estruturas do Mercado foram abaladas com a veiculação de notícia afirmando que a Comercializadora Vega Energy, tinha dado *Default* – a empresa teria apostado forte na queda do preço da energia, e com a disparada repentina nos preços não teve como cobrir suas posições. Segundo uma lista de credores que circula no setor, a Vega deixou quase R\$ 200 milhões a descoberto. Ou seja, a Vega assumiu contratos de venda de energia, com a intenção de cobrir esta posição em janeiro, só que a elevação do Preço, não teve como honrar seus compromissos.

"Efeito cascata:"

A situação poderia ter um efeito cascata – já que a Vega vendeu energia para outras comercializadoras que também tem apresentado dificuldades para honrar seus contratos.

Vendeu e não entregou: crise das comercializadoras expõe insegurança do mercado livre de energia

Uma disparada de preços no mercado livre de energia desde o fim de 2018 pegou no contrapé a Comercializadora Vega Energy, que negociou enorme volume de vendas futuras e não teve energia para entregar e nem recursos para fechar suas posições vendidas, o que gerou temores de um pesado calote no setor.

A Vega Energy, foi criada no ano passado, e ficou com exposição financeira para 2019 negativa avaliada no momento em cerca de 180 milhões de reais junto a mais de 50 companhias, segundo uma lista elaborada por comercializadoras afetadas e repassada à agência Reuters por uma fonte atingida pelo problema.

A ocorrência, mostrou fragilidades na regulação, já que a Vega, que detinha capital social de 15 milhões de reais, e sinalizou em janeiro que só conseguirá cumprir seus compromissos no máximo até fevereiro, a não ser que houvesse uma reversão extraordinária no quadro de chuvas, o que gera pânico no mercado de eletricidade, com temores de que o “calote” na entrega de energia afete outras comercializadoras. Isso porque empresas que compraram da Vega e revenderam para terceiros poderão agora se descobrir sem a energia que esperavam ter para entregar. Se precisarem comprar energia no mercado para cobrir o rombo, elas encontrarão preços muito maiores e abaixo dos que praticaram em suas vendas.

“Eu tomei um prejuízo, mas minha posição com eles já zerei e tenho como suportar... a questão é que isso pode ser só a ponta do *iceberg*. Isso pode gerar um rastro de devastação, levar outras comercializadoras junto, principalmente as pequenas, que não tiverem condição financeira de suportar o tranco”, disse o presidente Bid Comercializadora, Leandro Parizotto, à Reuters.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela operação do mercado, decidiu impedir a Vega Energy de registrar novos contratos que aumentem sua exposição financeira, segundo ata de reunião do Conselho de Administração do órgão.

“Foi um desastre. Um erro de cálculo de risco fez com que essa comercializadora ficasse numa posição vendida muito grande e o mercado explodiu (em preços). Ela tomou uma posição muito maior do que aguentava em termos financeiros”, afirmou outro agente.

As Empresas mais impactadas foram seriam Boven Comercializadora, com 49,6 milhões de reais, Bio Energias, com 37 milhões, e Rio Alto, com 11,2 milhões.

Procurado, o presidente da Vega Energy, Abenaias Silva, disse que a empresa tomou posição com base em diversas previsões que apontavam para boas chuvas e preços baixos, mas foi surpreendida pela mudança de cenário e não conseguiu se proteger devido a uma baixa liquidez e uma corrida também de outras empresas para comprar energia após a deterioração da hidrologia.

Quando do vazamento desta lista, em final de janeiro, não foi possível falar com Boven, Bio Energias e Rio Alto, mas outras quatro comercializadoras presentes na lista confirmaram sob a condição de anonimato que os números batem com suas posições.

Com a reversão de cenários de vazões, muitas comercializadoras envolvidas em operações com a Vega poderão agora enfrentar dificuldade para encontrar energia no mercado e fechar suas posições, principalmente porque as outras empresas ficarão receosas de fechar negócios com essas contrapartes.

Este evento, foi ruim para todo o mercado, porque aumenta a percepção de risco no mercado em geral e reduz a liquidez das operações.

Efeito cascata

Após a veiculação desta notícia o mercado vem acompanhando o desdobrar dos impactos da crise da Vega em outras comercializadoras.

Veja os principais desdobramentos deste caso:



Efeito cascata – Caso Veiga

Relembre crise em comercializadoras de energia

CCEE limita operações da Linkx Comercializadora

O Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) limitou as operações da comercializadora Linkx Energia, após a empresa notificar os seus clientes de que não teria condições de honrar com seus contratos, conforme apurou a Agência CanalEnergia. Os membros do Conselho se reuniram em 11 de fevereiro, em reunião extraordinária.

A notícia veio apenas 10 dias depois da Vega Energy ter anunciado um *default* no mercado. Há rumores de que outras empresas estejam na mesma situação da Vega e da Linkx.

“[...] os conselheiros decidiram, por unanimidade, determinar que seja realizado por contingência o registro de novas operações de compra e venda de energia elétrica, pelo agente Linkx Comercializadora de Energia Ltda, a partir desta data; (ii) que o eventual registro de contratos somente ocorra na hipótese de não decorrer o aumento da exposição financeira do agente no âmbito do mercado [...]”, diz a ata da CCEE.

A reportagem apurou que ao menos dez clientes da Linkx, todas comercializadoras, foram notificadas. O aviso destaca que os volumes de chuvas abaixo do previsto causou desequilíbrio no setor elétrico, gerando graves consequências sistêmicas para todo o setor. A Linkx admite que foi “largamente prejudicada por tal condição, na medida em que vários de seus ajustes contratuais também não foram honrados pela outra parte, tornando impossível o cumprimento do contrato”.

“Assim, por motivos alheios a sua vontade, a Notificante se viu impossibilitada de disponibilizar no ponto de entrega a quantidade de energia que estava prevista no Contrato para entrega em 8 de fevereiro de 2019”, escreveu aos credores.

“Não obstante, embora não possa ser responsabilizada pelo ocorrido, a Notificante, em atitude que demonstra a sua boa-fé, tem a intenção de buscar uma composição amigável para a solução da questão, entendendo que esta é a melhor forma de resguardar os interesses de todos os envolvidos”, continua o texto.

A Linkx disse que o comunicado diz respeito a uma tentativa de “renegociação bilateral com apenas 10 comercializadoras parceiras da Linkx e que todos os demais contratos foram cumpridos”. “No mais, a empresa esclarece que irá honrar com seus compromissos e que já está com grande parte de seus contratos renegociados, evitando dano ainda maior ao setor como um todo”, escreveu a empresa.

Fonte: Canal Energia (20/02/2019)

FDR é outra comercializadora atingida por crise

A comercializadora de energia, FDR Energia, criada há sete anos, com faturamento de cerca de 350 milhões de reais e mais de cem clientes supridos, enviou mensagem a alguns clientes em fevereiro solicitando a renegociação de condições de contratos, após ser atingida por uma crise originada em problemas financeiros de outras duas empresas do setor, disse à Reuters o presidente da elétrica, Erik Azevedo.

“A FDR é uma empresa que nunca teve problema algum no mercado, muito pelo contrário. Mas em decorrência desse caso da Vega, um grande gerador informou que o contrato (que tinha com a FDR) não ia valer, e é um contrato grande”, disse Azevedo, que não abriu nomes e volumes, alegando cláusula de confidencialidade. Ele garantiu que a empresa não vendeu energia sem cobertura contratual, e afirmou que os problemas atuais são resultado do momento de tensão, que reduziu a liquidez nas operações e levou outras empresas a não cumprirem compromisso.

Fonte: Reuters (20/02/2019)



Efeito cascata – Caso Veiga

Relembre crise em comercializadoras de energia

JUSTIÇA DETERMINA ARRESTO CAUTELAR DE BENS DA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA VEGA ENERGY

A Justiça de São Paulo decidiu aceitar pedido de arresto cautelar de bens móveis e imóveis da comercializadora de energia Vega Energy e seus sócios, em meio a ação aberta por empresas do setor após a elétrica ter acumulado uma exposição financeira milionária negativa no mercado de eletricidade.

A atuação da Vega Energy no mercado elétrico foi limitada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no início do mês, após um executivo admitir que a empresa enfrenta dificuldades para cumprir contratos para entrega neste ano de um montante de energia avaliado em cerca de 180 milhões de reais.

“A parte requerida foi notificada extrajudicialmente e não apresentou qualquer comportamento que indicasse que tem intenção de solver o débito... além disso, num juízo de cognição sumária, restou evidenciado o risco de esvaziamento com a finalidade de fraudar os credores”, escreveu o juiz Luiz Antonio Carrer em sua decisão, com data de 13 de fevereiro.

“Existem indícios de que a requerida está em processo de quebra, podendo levar junto as autoras e dezenas de outras empresas do mercado de energia elétrica”, acrescentou o juiz, após pedido das comercializadoras de energia BC, Capitale Energia, Prime Energy e Adn Energia. O juiz também aprovou pedido de bloqueio da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e dos passaportes dos sócios da empresa, “até que a mesma ofereça garantias para o pagamento da dívida.”

BIO ENERGIAS TAMBÉM BUSCA RENEGOCIAR CONTRATOS

Segundo fontes, com problemas de caixa, a Bio Energias ofereceu entregar 20% do contratado de fevereiro a junho. Para alguns clientes, a proposta envolveu apenas a entrega de energia de fevereiro, e foi feita uma promessa de regularização dos montantes vendidos ao longo dos próximos meses, mas não foram apresentadas garantias para isso.

Procurada, a comercializadora disse que “informações relativas a operações de compra e venda de energia possuem caráter estritamente confidencial e a sua divulgação pela Bio Energias ou por terceiros resultaria em violação ao dever de sigilo, sujeitando os envolvidos à reparação dos prejuízos causados, entre outras medidas.” Fonte: Valor Econômico (08/03/2019)

CONTRATOS SUSPENSOS

04 comercializadoras com contratos de venda suspensos

A liquidação financeira das operações do mercado de curto prazo de energia de fevereiro, teve quatro comercializadoras com contratos de venda suspensos pela falta de aporte de garantias financeiras— Linkx, Lumen, Negocial e 3G- Terceira Geração. A CCEE disse em nota que punições “só poderão ser confirmadas em maio, após a apuração de penalidades referente a março”. (Reuters – 10.04.2019.)

Quanto a BOVEN, uma das comercializadoras mais afetadas pelo caso Veja, não veiculam informações de que esta não irá honrar com contratos, ou pedidos de renegociação de contratos, como ocorreu com a Linkx, Bio Energias e FDR.

MEDIDAS QUE ESTÃO SENDO DISCUTIDAS A FIM DE AUMENTAR A SEGURANÇA E GOVERNAÇÃO DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA APÓS CRISE DE COMERCIALIZADORAS



Critérios mais rígidos para se tornar comercializadora

Análise de risco na cadeia societária das comercializadoras

Auditoria de Contratos Bilaterais
Lastro
Liquidação Semanal
Apresentação de Garantias



Saiba um pouco mais sobre as medidas que estão sendo avaliadas para o aumento da Segurança das Operações



MEDIDAS – SEGURANÇA DE MERCADO

SEGURANÇA DE MERCADO

Pág .6/7

ANEEL ESTUDA MEDIDAS PARA EVITAR CALOTE E AUMENTAR SEGURANÇA NO MERCADO LIVRE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prepara pacote de medidas para aumentar a segurança no mercado livre de energia, em reação aos calotes de comercializadoras que venderam energia sem lastro, depois que duas delas “quebraram” no último mês. O objetivo é impedir que comercializadoras com capital social mínimo de R\$ 1 milhão operem contratos sem limites de alavancagem e sem a obrigação de apresentar garantias.

Dentro desse pacote, *as liquidações das operações do mercado de curto prazo de energia, hoje realizadas mensalmente, com atraso de dois meses, passarão a ser semanais em 2020, disse ao Valor André Pepitone, diretor-geral da Aneel.*

As mudanças são uma reação do regulador à crise recente das comercializadoras. Duas delas comunicaram aos clientes que não entregariam a energia vendida porque não tinham contratos que garantissem a entrega. Iriam comprar no mercado à vista (spot), mas a disparada de preços neste início de ano pegou o setor de surpresa.

Os critérios para homologação de novas comercializadoras ficarão mais rígidos, com exigência de capital mínimo integralizado, e será obrigatória a realização de auditorias no balanço das empresas. "A resolução da Aneel com as regras para que um agente se torne comercializador de energia vai passar por um aprimoramento", disse.

Essas auditorias serão feitas por empresas com atuação reconhecida no mercado, como as consultorias KPMG, E&Y, PricewaterhouseCoopers (PwC) e Deloitte.

“O número de comercializadoras cresceu nos últimos anos. Entre 2017 e 2018, houve expansão de 23,3%, para 270 empresas. Ao fim de janeiro, eram 272, com 54 em processo de adesão, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).”

Não estamos num processo inovador, estamos usando experiências bem sucedidas e incorporando para agregar segurança ao mercado", disse Pepitone, se referindo ao funcionamento do mercado de capitais. A exemplo do que acontece na bolsa, será obrigatório que uma certificadora de corretora de valores audite e fiscalize cada contrato bilateral do mercado livre - hoje eles são feitos sem controle, muitos sendo de gaveta.



MEDIDAS – SEGURANÇA DE MERCADO

ANEEL ESTUDA MEDIDAS PARA EVITAR CALOTE E AUMENTAR SEGURANÇA NO MERCADO LIVRE

"Ainda vamos ver a modelagem para isso, se a CCEE contratará o serviço. Todos os contratos no ambiente livre serão auditados, todas as comercializadoras serão auditadas e fiscalizadas", disse Pepitone. A ideia é, com isso, identificar com antecedência operações que fujam dos padrões operacionais das comercializadoras ou não se enquadrem no perfil delas.

A terceira perna do que Pepitone chamou de "tripé de segurança na comercialização" é o aprimoramento dos sistemas de garantias financeiras. "Assim, quando houver frustração da entrega física da energia, o agente que comprou terá condição de receber o montante transacionado", disse.

Para que a contabilização semanal passe a valer, a Aneel já está interagindo com a CCEE e com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), para que as duas entidades possam aprimorar suas rotinas e sistemas até 2020.

Segundo Solange David, conselheira da CCEE, a interação com a Aneel e o governo sobre o tema tem sido "construtiva". "O mercado está em constante evolução. A discussão sobre segurança e estabilidade não é só do setor elétrico, mas de todos os mercados", disse. A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) concorda com a mudança nos intervalos das liquidações, mas avalia que as demais alterações ainda precisam ser discutidas com o setor, disse Frederico Rodrigues, diretor de relações institucionais da entidade. "A Aneel mencionou medidas que vão em direção de maior segurança e controle, mas é algo que precisamos ver com mais detalhes e conversar", disse ele, destacando que a associação defende uma reforma "estrutural" na comercialização, em linha com o que foi discutido na Consulta Pública 33, aberta pelo Ministério de Minas e Energia em 2017 para debater a reforma do setor.

O aprimoramento nas regras de homologação de novas comercializadoras e o controle sobre os contratos exigirão resoluções normativas da Aneel, o que exige a realização de audiências públicas. Essas medidas devem ser feitas ao longo deste ano. "A não ser o sistema de garantias, que é uma ação de médio prazo, porque exige uma maior discussão com mercado e entidades que vão implementar isso", disse o diretor-geral da Aneel.

"Vamos aprendendo com acontecimentos, e os casos recentes mostram que as transações que ocorrem no ambiente bilateral exigem atuação do regulador em prol de estabelecer e garantir a segurança", completou.

Fonte: Valor Econômico – 01/03/2019



PRÓXIMOS EVENTOS

A 84
254

PRÓXIMOS EVENTOS - CCEE

AGENDA ABRIL 2019



08

Débito da Liquidação Financeira do MCP fev/19 (MS+26du)

09

Crédito da Liquidação Financeira do MCP fev/19 (MS+27du)

08

Data **limite de Registro de CCEAL/CBR** e de Cessão de Montantes mar/19 (MS+6du até as 20h00)

09

Data **limite de Validação de Registro de CCEAL/CBR** e de Cessão de Montantes mar/19 (MS+7du até as 20h00)

10

Data **limite de Ajuste de CCEAL/CBR** e de Cessão de Montantes mar/19 (MS+8du até as 20h00)

11

Data **limite de Validação de Ajuste de CCEAL/CBR** e de Cessão de Montantes mar/19 (MS+9du até as 20h00)

16

Data limite para divulgação dos valores de garantias financeiras a serem aportados mar/19 (MS+12du)

22

Data limite para divulgação da Apuração de Penalidades de Energia fev/19 (MS+35du)

22

Data limite para o **aporte das garantias financeiras** (exceto para agentes de distribuição) mr/19 (MS+15du)

22

Débito da Liquidação Financeira da Energia de Reserva mar/19 (Y + 2du)

29

Data limite para pagamento da contribuição associativa abr/19 (M+20du)

30

Data limite para disponibilizar os Relatórios do Processamento da Contabilização mar/19 (MS+21du)

PRÓXIMOS EVENTOS

REAJUSTES



25

ABRIL

Reajuste: CELPE
Reajuste: CERIPA



29

ABRIL

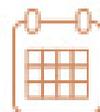
Reajuste: COELBA
Reajuste: COELCE



22

MAIO

Reajuste: SULGIPE



28

MAIO

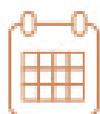
Reajuste: CEMIG



29

MAIO

Reajuste: CERPRO
Reajuste: CERTAJA



19

JUN

Reajuste: RGE/RGE Sul (Nova RGE)



22

JUN

Reajuste: ENERGISA MG
Reajuste: ENERGISA Nova Friburgo



24

JUN

Reajuste: COPEL-DIS



29

JUN

Reajuste: COCEL



ELECTRIC

CONSULTORIA PARA O SETOR ELÉTRICO